

"E preciso competência"

Arquivo CB



Arquivo CB



Celso Albano e Aloysio Chaves: a representação em questão

Governo Federal deve pagar imposto

Ao mesmo tempo em que defende a implantação imediata de indústrias não-poluentes no Distrito Federal como forma de criar novas oportunidades de emprego, o secretário de Finanças acha que deveria "haver uma reforma constitucional para que a União se obrigasse a pagar os impostos 'sobre os prédios que ocupa em Brasília'".

Segundo ele, por causa de um dispositivo constitucional, os órgãos pertencentes à União estão isentos de pagar impostos. "Os órgãos ligados à União, realmente, estão isentos. E não são em pequeno número, são diversos, não só na Esplanada dos Ministérios, como no Plano todo e em todas as cidades-satélites", explicou Albano.

O GDF, diante deste dispositivo constitucional, não pode "arbitrar nem tentar um projeto de lei que impute à União o pagamento dos impostos". E o secretário confessa que não "sabe" se a Comissão do Distrito Federal no Senado teria competência para isso. "Realmente, não sei. O problema é legislativo e é constitucional. Não é um projeto de lei, é constitucional. E não seria exclusivo do Distrito Federal, pois acabaria abrangendo todos os imóveis da União em todo o País", esclarece.

Quanto à implantação de indústrias não-poluentes em Brasília, Celso Albano mostra-se francamente favorável a idéia. Chama atenção, contudo, para um dado que considera de fundamental importância: as indústrias de-

vem ser instaladas de forma a absorver a população jovem do Distrito Federal. "Brasília é eminentemente uma cidade de população jovem, em torno dela ainda não há mercado que possa receber, captar, os elementos egressos de nossas universidades", enfatiza.

Albano, ao falar sobre a idéia de implantar em Brasília indústrias não-poluentes, lembra que, até agora, o governador José Ornellas efetivamente não tomou qualquer medida concreta para realizar a reforma administrativa no GDF. O assunto, segundo ele, "ainda não chegou para o debate em nível dos secretários".

Diante disso, ele não pode garantir se será criada ou não uma Secretaria de Indústria e Comércio. Acha, contudo, que a criação de qualquer órgão só se justifica se ele, de fato, tiver condições de funcionamento. "Um órgão desse tipo necessita de uma base para a sua própria existência. Assim, podemos ter no DF uma base industrial e comercial que justifique a sua criação, ou apenas uma instituição que trate do assunto 'dentro do próprio organograma do Governo'".

Em torno das discussões sobre a implantação de indústrias no DF, Albano só não concorda com os que defendem a criação paralela de um banco de desenvolvimento. E a razão é muito simples: o Banco Regional de Brasília tem a sua carteira de desenvolvimento e, até agora, pelo que ele sabe, nenhum projeto

que precisasse de financiamento deixou de ser atendido pelo banco por falta de recursos.

ENDIVIDAMENTO

Ao contrário das demais unidades da Federação, o Distrito Federal está em boa situação financeira. Segundo o secretário, "devemos menos e todos os débitos estão rigorosamente em dia". Não há dívidas com o lançamento de títulos, e nem dívida com antecipação de receita. "As dívidas que temos, por exemplo com o BNH, são de projetos voltados nitidamente para o lado social", explica.

Albano reconhece que a situação do DF em relação aos demais Estados é privilegiada, sendo talvez a única unidade que se encontra nesta posição. "Hoje temos uma disponibilidade de cerca de Cr\$ 20 bilhões e todos os nossos chamados clientes, todas as empresas que têm conta com o GDF, estão rigorosamente em dia", revela, acrescentando que em sua folha de pagamento o GDF depende de cinco por cento da União.

"Nós temos as chamadas despesas de pessoal, que são as despesas de custeio. E nesta parte, que é muito grande, que a União entra com a parcela de cinco por cento. O GDF entra com as suas receitas próprias oriundas da arrecadação, para compor a outra parte orçamentária, os outros cinco por cento", explicou.